



A Evolução da Saúde Pública no Brasil: Do Império à República

The Evolution of Public Health in Brazil: From the Empire to the Republic

La evolución de la salud pública en Brasil: del Imperio a la República

Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth¹; Ingridy Tayane Gonçalves Pires Fernandes²; Péricles Cristiano Batista Flores³; Plínio Regino Magalhães⁴; Lilian Regino Magalhães⁵; Valdemir Vieira⁶; Márcia Zotti Justo Ferreira⁷; Aparecida Lima do Nascimento⁸; Leandro Spalatto Torres⁹; Laurelena Cora Martins¹⁰; Priscila Oliveira Fideles dos Santos¹¹

RESUMO

A trajetória da saúde pública no Brasil reflete transformações profundas ocorridas no campo político, social e institucional desde o período imperial até a consolidação da República. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução das políticas e estruturas de saúde pública no país, desde o século XIX até os dias atuais, destacando os marcos históricos, os modelos assistenciais predominantes e os fatores que condicionaram sua reformulação ao longo do tempo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com base em fontes científicas publicadas entre os anos de 2018 e 2025. A análise evidenciou que a saúde pública no Brasil foi historicamente marcada por rupturas e avanços, frequentemente condicionados por crises sanitárias, mudanças governamentais e pressões sociais. Conclui-se que a consolidação de um sistema público universal, como o SUS, foi fruto de processos históricos complexos e contínuos, exigindo ainda esforços permanentes de fortalecimento, financiamento e participação social.

Palavras-chave: História da Saúde Pública; Sistema de Saúde Brasileiro; Políticas Sanitárias; Reformas Institucionais em Saúde; Saúde Coletiva no Brasil

ABSTRACT

The trajectory of public health in Brazil reflects profound political, social, and institutional transformations from the imperial period to the consolidation of the Republic. This study aims to analyze the evolution of public health policies and structures in the country, from the 19th century to the present day, highlighting historical milestones, predominant care models, and the factors that have shaped their reformulation over time. This is a qualitative bibliographic study based on scientific sources published between 2018 and 2025. The analysis highlighted that public health in Brazil has historically been marked by ruptures and advances, often conditioned by health crises, governmental changes, and social pressures. It concludes that the consolidation of a universal public system, such as the Unified Health System (SUS), was the result of complex and ongoing historical processes, requiring ongoing efforts to strengthen, finance, and ensure social participation.

Keywords: History of Public Health; Brazilian Health System; Health Policies; Institutional Reforms in Health; Public Health in Brazil

RESUMEN

La trayectoria de la salud pública en Brasil refleja profundas transformaciones ocurridas en el campo político, social e institucional desde el período imperial hasta la consolidación de la República. Este estudio tiene como objetivo analizar la evolución de las políticas y estructuras de salud pública en el país, desde el siglo XIX hasta la actualidad, destacando los hitos históricos, los modelos de atención predominantes y los factores que han influido en su reformulación a lo largo del tiempo. Se trata de un estudio bibliográfico cualitativo basado en fuentes científicas publicadas entre 2018 y 2025. El análisis reveló que la salud pública en Brasil ha estado históricamente marcada por rupturas y avances, muchas veces condicionados por crisis sanitarias, cambios gubernamentales y presiones sociales. Se concluye que la consolidación de un sistema público universal, como el SUS, fue el resultado de procesos históricos complejos y continuos, exigiendo aún esfuerzos permanentes de fortalecimiento, financiamiento y participación social.

Palabras clave: Historia de la Salud Pública; Sistema de Salud Brasileño; Políticas de Salud; Reformas Institucionales en Salud; Salud pública en Brasil

¹ Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP

² Universidade Paulista UNIP, São Paulo, SP

³ Universidade Bandeirante de São Paulo

⁴ Centro Universitário Ítalo Brasileiro

⁵ Universidade Paulista - UNIP

⁶ Universidade de Taubaté

⁷ Universidade Federal de São Paulo

⁸ Universidade de Guarulhos

⁹ Universidade Anhanguera de São Paulo – SP

¹⁰ Universidade Do Vale do Sapucaí – UNIVAS, MG

¹¹ Universidade Santo Amaro, UNISA-SP

Correspondência

sidyani@hotmail.com

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth; Ingridy Tayane Gonçalves Pires Fernandes; Péricles Cristiano Batista Flores; Plínio Regino Magalhães; Lilian Regino Magalhães; Valdemir Vieira; Márcia Zotti Justo Ferreira; Aparecida Lima do Nascimento; Leandro Spalatto Torres; Laurelena Cora Martins; Priscila Oliveira Fideles dos Santos

Licença:

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY-SA

Submetido:

23/06/2025

Aprovado:

07/07/2025

ISSN:

2966-1218

Introdução

A história da saúde pública no Brasil está intrinsecamente ligada às transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas pelo país desde o período colonial (Pereira *et al.*, 2024). Com a chegada da Corte portuguesa em 1808, ocorreram os primeiros movimentos institucionais em prol da organização sanitária, impulsionados pela necessidade de controle de epidemias e pela modernização da capital. Entretanto, foi durante o Império que se iniciaram os primeiros debates sobre a responsabilidade estatal na promoção da saúde, ainda de maneira fragmentada e com escopo limitado às elites urbanas.

Durante o século XIX, as ações sanitárias estavam centradas no combate a doenças infecciosas, como febre amarela, varíola e cólera (Alberton, 20218). A abordagem era predominantemente higienista, com foco na urbanização, saneamento e fiscalização. Contudo, essas medidas eram seletivas e não alcançavam a totalidade da população, refletindo a estrutura social excludente do período. A saúde pública era concebida como um instrumento de controle social e de manutenção da ordem, e não como um direito universal.

Com a Proclamação da República em 1889, houve uma reconfiguração das políticas públicas, incluindo o setor da saúde (Oliveira, 2021). A centralização das ações sanitárias e a criação de instituições como o Departamento Nacional de Saúde, no início do século XX,

sinalizaram um esforço do Estado em assumir protagonismo na regulação das condições sanitárias. Ao longo da Primeira República, destacaram-se campanhas de erradicação de doenças e iniciativas de vacinação em massa, ainda que marcadas por forte resistência popular e imposição autoritária.

A Era Vargas (1930–1945) representou um marco na institucionalização da saúde pública, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e a ampliação da atuação do Estado (Casazza, 2020). Contudo, prevaleceu um modelo previdenciário, voltado aos trabalhadores formais urbanos, o que limitava o acesso universal aos serviços de saúde (Brito, 2024). A exclusão de amplos segmentos da população rural e informal caracterizou as décadas seguintes, apesar da crescente medicalização da sociedade e da expansão da assistência hospitalar.

Somente com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidou-se o princípio da saúde como direito de todos e dever do Estado (Brusco, 2024). De acordo com Portolese *et al.* (2023) a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) marcou a superação de um modelo fragmentado e excludente, estabelecendo bases para uma política pública orientada por princípios de universalidade, equidade e integralidade. Essa trajetória histórica evidencia os desafios e conquistas que moldaram a saúde pública brasileira, sendo fundamental compreendê-la para orientar futuras estratégias de fortalecimento do sistema.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com enfoque de revisão bibliográfica, cujo objetivo é examinar o processo evolutivo da saúde pública no Brasil, do período imperial à contemporaneidade. O recorte temporal da análise abrange os marcos históricos compreendidos entre o século XIX e o início do século XXI, com ênfase nos períodos de maior transformação institucional: Império, Primeira República, Estado Novo, regime militar e Nova República.

As fontes foram selecionadas nas bases de dados SciELO, Google Scholar, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos da CAPES, priorizando artigos científicos, livros, teses e documentos institucionais publicados entre os anos de 2018 e 2025. Os descritores utilizados foram: "história da saúde pública no Brasil", "políticas de saúde", "Sistema Único de Saúde", "reformas sanitárias" e "instituições de saúde no Brasil".

Os critérios de inclusão abrangeram textos com abordagem histórica, contextualização político-institucional e análise crítica sobre as transformações ocorridas no campo da saúde coletiva. Foram excluídos materiais com caráter opinativo sem fundamentação empírica ou teórica, bem como artigos que abordassem exclusivamente aspectos clínicos ou biomédicos, sem conexão com as dimensões sociais e estruturais da saúde pública.

A escolha por um estudo de natureza qualitativa justifica-se pela complexidade do

fenômeno em questão, que envolve múltiplas variáveis e contextos históricos. O objetivo não é quantificar informações, mas compreender processos, identificar relações causais e interpretar os fatores que condicionaram a formação e evolução do sistema de saúde brasileiro ao longo do tempo.

Resultados e Discussões

A análise histórica da saúde pública no Brasil revela uma evolução marcada por avanços institucionais, tensões políticas e desigualdades persistentes (Marinho *et al.*, 2024). No período imperial, as ações sanitárias eram incipientes e concentradas nas áreas urbanas, voltadas majoritariamente para a elite (Novais, Sevchenko, 2021). A concepção dominante era de saúde como bem individual e responsabilidade privada. As intervenções estatais limitavam-se a momentos de emergência, como epidemias, sem uma política sistematizada.

Segundo Faoro (2018) com a transição para a República, especialmente nas primeiras décadas do século XX, o Estado passou a adotar uma postura mais intervencionista. A atuação de figuras como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas foi decisiva na consolidação de uma estrutura sanitária nacional (Franco *et al.*, 2022). As campanhas de erradicação de doenças, embora autoritárias, contribuíram para a construção de uma imagem de responsabilidade estatal na área da saúde. No entanto, a política era voltada à proteção da força de trabalho urbana e ao controle

dos espaços públicos, ainda distante de uma concepção de saúde como direito social.

Durante o regime militar (1964–1985), houve expressiva expansão da rede hospitalar e do setor privado, impulsionada por incentivos fiscais e financiamento público (Prestes, 2019). O sistema manteve-se segmentado, com predominância do modelo previdenciário, excluindo trabalhadores informais e populações rurais. As disparidades regionais se aprofundaram, evidenciando a necessidade de uma reforma estrutural. Foi nesse contexto que emergiram movimentos sociais e sanitários, que passaram a demandar um sistema universal e equitativo (Da Cruz; Garcia, 2025).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, constituiu-se em marco paradigmático para a reformulação do setor (Vicente *et al.*, 2019). As proposições oriundas desse evento culminaram na institucionalização do Sistema Único de Saúde, estabelecido na Constituição de 1988. Segundo Maciel e Cunha Junior (2023) o SUS rompeu com a lógica do privilégio contributivo e instituiu um modelo pautado nos princípios da universalidade, da equidade e da integralidade da atenção à saúde. Sua criação representa uma conquista civilizatória, fruto da mobilização social e da articulação política em torno de uma proposta inclusiva.

Contudo, mesmo com os avanços institucionais, o sistema de saúde brasileiro enfrenta desafios estruturais que limitam sua efetividade (Mendes, 2019). Problemas como

subfinanciamento crônico, gestão ineficiente, escassez de profissionais em regiões remotas e dificuldades na articulação entre os níveis de atenção comprometem a capacidade de resposta do SUS (Paim, 2018). Além disso, o aumento da carga de doenças crônicas, o envelhecimento populacional e as desigualdades sociais impõem novas exigências ao sistema público.

A literatura evidencia, ainda, que a saúde pública no Brasil é frequentemente afetada por contextos políticos instáveis e por tentativas de desmonte de políticas sociais (Soares, 2018). A descontinuidade administrativa e a ausência de planejamento de longo prazo fragilizam a implementação de políticas estruturantes. A necessidade de garantir financiamento adequado e estável é recorrente em estudos que analisam a sustentabilidade do SUS (Narval, 2022). O pacto federativo também representa um obstáculo à consolidação do sistema, em função das disparidades regionais e da fragmentação da gestão.

Dessa forma, a evolução da saúde pública no Brasil não pode ser compreendida de forma linear ou homogênea. Trata-se de um processo dinâmico, permeado por disputas de interesses, avanços sociais e contradições institucionais (Amarante; Nunes, 2018). O reconhecimento da saúde como direito humano fundamental, embora consagrado em lei, ainda não se traduz plenamente em práticas equitativas e acessíveis em todo o território nacional. A compreensão dessa trajetória é essencial para a formulação de políticas mais eficazes e para a mobilização

social em defesa de um sistema público de saúde forte e universal.

Considerações Finais

A análise da trajetória histórica da saúde pública brasileira revela que seu desenvolvimento foi condicionado por múltiplos fatores, entre eles, os arranjos políticos, as demandas sociais e as crises sanitárias que mobilizaram o Estado em diferentes momentos. Desde o Império, a saúde pública foi concebida de forma limitada, voltada a interesses econômicos e à contenção de epidemias, sem compromisso com a universalização do cuidado.

Com o advento da República e a institucionalização de políticas sanitárias, houve avanços importantes na estruturação do setor. No entanto, o caráter autoritário e excludente das primeiras intervenções evidencia que os direitos sociais ainda estavam subordinados a prioridades econômicas e à lógica da ordem. A ampliação da cobertura assistencial só começou a ganhar corpo a partir da década de 1930, embora de forma fragmentada e desigual.

Foi somente com a mobilização popular e o fortalecimento do movimento sanitário que se consolidou a proposta de um sistema público universal. O SUS representa um divisor de águas na política de saúde brasileira, instituindo princípios fundamentais para a equidade no acesso e para a integralidade da atenção. Entretanto, sua consolidação esbarra em obstáculos estruturais, políticos e financeiros que exigem respostas coordenadas e permanentes.

A compreensão histórica da evolução da saúde pública permite identificar os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados, como a redução das desigualdades regionais, a qualificação da gestão e o fortalecimento da participação social. O passado oferece lições valiosas para a construção de políticas mais democráticas, transparentes e efetivas, voltadas à promoção da saúde como um direito inalienável de todos os cidadãos.

Portanto, reforça-se a importância de manter a saúde pública como prioridade na agenda política nacional, garantindo os princípios constitucionais que regem o SUS. A continuidade das conquistas históricas depende do compromisso coletivo com a justiça social e com a defesa de um sistema de saúde baseado na solidariedade, na universalidade e no respeito à dignidade humana.

Referências

ALBERTON, Mirele. “Das providências, que se tem dado a respeito da saúde pública”: enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2018.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS ea luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, 2018.

BRITO, Thaís Emanuelle Amaral de. **Previdência Social e trabalho informal: avaliação dos impactos sociais e econômicos resultantes da falta de contribuição para o sistema previdenciário**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRUSCO, Ana Betariz. Uma trajetória virtuosa para o direito à saúde: interpretando institucionalmente os princípios do SUS. 2024.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas, 1930-1945: a atuação científica e política de Paulo Campos Porto. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 2, p. 411-430, 2020.

DA CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Financeirização, desigualdades e resistências: uma análise da urbanização brasileira contemporânea por meio de revisão de literatura. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 6, p. e15341-e15341, 2025.

FAORO, Raymundo. **A república em transição: poder e direito no cotidiano da democratização brasileira (1982 a 1988)**. Editora Record, 2018.

FRANCO, Thais de Andrade Vidaurre et al. Vozes de uma Reforma Sanitária: trabalhadores, sanitaristas e suburbanos na imprensa carioca da Primeira República. 2022.

MACIEL, Leonardo Fernandes Puridade; CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Dinâmica do capitalismo financeirizado e o custeio da saúde pública: avaliação dos gastos correntes federais no financiamento da saúde pública nos exercícios fiscais compreendidos de 2019 até 2021. 2023.

Marinho, Lúcia De Fátima Pereira Leite et al. Políticas Públicas Para a Saúde Das Famílias e das Comunidades no Contexto da Atenção Primária à Saúde em Tempos de Pós-Pandemia. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.

MENDES, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS. In: **Desafios do SUS**. 2019. p. 869-869.

NARVAI, Paulo Capel. **SUS: Uma reforma revolucionária**. Autêntica Editora, 2022.

NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Ed.). **História da vida privada no Brasil–Vol. 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Companhia das Letras, 2021.

OLIVEIRA, Lucas Goulart. **Elites políticas e legislação social na Primeira República (1891-1926): a questão social, o federalismo e o**

legislar sobre o trabalho na Primeira República brasileira. Editora Dialética, 2021.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018.

PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimento sustentáveis para a melhoria do sistema. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, 2024.

PORTOLESE, Júlia Teixeira et al. A importância do Sistema Único de Saúde como política pública democrática no contexto do Direito brasileiro. 2023.

PRESTES, Anita Leocadia. Três regimes autoritários na história do Brasil Republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o Regime Atual (a partir do golpe de 2016). **Revista de história comparada**, v. 13, n. 1, p. 108-129, 2019.

SOARES, Márcia Miranda; MACHADO, José Ângelo. Federalismo e políticas públicas. 2018.

VICENTE, Analia Ingridy Domingos et al. História da saúde pública no Brasil: a participação popular na "8ª Conferência Nacional de Saúde". 2019.